



Brasília, 15 de junho de 2023

## **FASUBRA NO RELANÇAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA DO SERVIÇO PÚBLICO**

A Fasubra esteve presente no relançamento da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, dia 13 de junho, às 09h, no auditório Nereu Ramos. Estavam presentes parlamentares, lideranças, autoridades e entidades parceiras da Frente e representativas do Serviço Público, como FASUBRA, entre outras. A Frente oficial é histórica e retorna às atividades na 57ª legislatura, sob a coordenação colegiada dos deputados Alice Portugal (PCdoB-BA), Rogério Correia (PT-MG), dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Zenaide Maia (PSD-RN). A coordenadora Maria Tereza Fujii, da Direção Nacional da Federação, se pronunciou defendendo o serviço público de qualidade e registrou que a FASUBRA é contra o Arcabouço Fiscal, principalmente nas alterações feitas na Câmara dos Deputados, que colocam limite de gastos em educação, saúde e toda a área social. Falou também sobre a importância da luta e que precisamos recuperar o que perdemos no governo Bolsonaro, devolvendo à sociedade a qualidade do serviço público, portanto, a luta precisa avançar

## **COORDENADORES E BASE DA FASUBRA PERCORREM OS GABINETES DOS SENADORES PARA PEDIR APOIO CONTRA O ARCABOUÇO FISCAL**

Coordenadores e Coordenadoras, companheiros e companheiras das bases da Fasubra, junto com representantes de outras entidades nacionais do serviço público, estiveram presentes no dia 13 de junho, às 15h, no Senado Federal. A princípio com manifestações em frente ao Senado e caminhada até os gabinetes, onde conversaram com alguns senadores e assessores, pedindo apoio para encaminharem requerimento para chamada de audiência pública, com objetivo de discutir o Arcabouço fiscal. Foram informados que o assunto será pautado na próxima terça – feira dia (20) na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE. Portanto orientamos as bases, principalmente as próximas, se tiverem condições enviem representantes a Brasília e as demais que continuem em vigília e atentas, apesar do relator Omar Aziz (PSD), ter anunciado hoje que vai retirar o Fundeb e o Fundo Constitucional do DF do arcabouço fiscal, as demais Políticas de arrocho do PLP 93/2023 (NOVO ARCABOUÇO FISCAL) continuam prejudicando serviço e servidores públicos. A Fasubra vai lutar até o fim, não vamos admitir retrocessos!

## **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO SENADO FEDERAL APROVA RELATÓRIO E PARECER DO PL 5.648 DE 2018, QUE ALTERA O ART.8º DA LEI 11.091 DE 2005**

Na manhã do dia 13/6/2023 (terça-feira), a FASUBRA Sindical participou de duas importantes atividades no Congresso Nacional. A primeira atividade, contou com representantes de entidades de base filiadas a FASUBRA e de diversas entidades do serviço público, foi um ato político pela valorização do serviço público, ocorrido no momento do lançamento da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, no Auditório Nereu Ramos da Câmara de Deputadas e Deputados Federais, no qual debateu a defesa e perspectivas para o serviço público brasileiro. Esse ato somou-se as mobilizações ocorridas em todo o país, na Semana Nacional de Luta contra o Arcabouço Fiscal, convocada pela Fasubra e demais entidades que compõem o FONASEFE, com manifestações nos estados.



A segunda atividade ocorreu na Comissão de Educação do Senado Federal. Entre os diversos pareceres e emendas a Projetos de Leis aprovados nessa Comissão no decorrer da manhã, a FASUBRA acompanhou a leitura e aprovação do relatório e parecer da senadora Teresa Leitão (PT/PE) ao Projeto de Lei nº 5.649, de 2019, de iniciativa da Deputada Federal Professora Dorinha Seabra (DEM/TO), que propõe a alteração da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para proporcionar acesso a bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio a alunos, docentes, ocupantes de cargo público efetivo, detentores de função ou emprego público e pesquisadores externos ou de empresas efetivamente envolvidos nessas atividades. O parecer e o relatório aprovados, incluiu uma emenda no texto do Projeto de Lei 5.649 de 2019, que altera o artigo 8º da Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005, de modo que o referido artigo da Lei que institui o PCCTAE passe a vigorar com o acréscimo de um parágrafo único em seu inciso II, com a seguinte redação:

*“Art 8º..... § Insere-se nas atribuições previstas no inciso II do caput a coordenação de projetos de pesquisa e extensão, cabendo a percepção de bolsas de pesquisa e extensão, pagas diretamente pelas IFE, por agência oficial de fomento, por fundação de apoio devidamente credenciada por IFE ou por organismo internacional amparado por ato, tratado ou convenção internacional.”*

O Projeto de Lei nº 5.649, de 2019, segue agora para a apreciação e votação no Plenário do Senado Federal. A FASUBRA dialogará com a senadora Teresa Leitão (PT/PE) e com demais senadoras e senadores da Comissão de Educação e Cultura do Senado, para solicitar o apoio para que o trâmite desse Projeto de Lei, seja concluído o mais breve possível no Senado. A importância de concluirmos a tramitação desse Projeto de Lei no Senado se refere à luta da FASUBRA e de suas entidades de base filiadas, no fortalecimento da identidade da categoria Técnica Administrativa em Educação, no qual parte das trabalhadoras e trabalhadores do PCCTAE estão envolvidas e envolvidos diretamente na produção do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo assim para a necessária superação da perversa divisão do trabalho que ainda é reproduzida em algumas IFEs, em que consideram que apenas a categoria docente possui capacidade de refletir e produzir conhecimento, frente as Técnicas e Técnicos Administrativos em Educação que supostamente devem atuar apenas na execução de ações administrativas e educativas com a ausência de reflexões e produções de conhecimento.

Portanto, a alteração desse Artigo 8º da Lei 11091/2005, se configura como mais um passo no necessário processo de democratização das Instituições Federais de Ensino Superior do país, que será traduzida por entre diversos fatores, no fortalecimento da identidade e da carreira das trabalhadoras e trabalhadores técnicos administrativos em educação.

CALENDÁRIO	
JUNHO	
15	Audiência Pública pela Ratificação da Convenção 190 da OIT busca a eliminação da Violência e Assédio no Mundo do Trabalho – 14 horas - Câmara dos Deputados
21	Reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico- administrativos  
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil  
Fundada em 19 de dezembro de 1978

24	Dia de São João
28	Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAP+
<b>JULHO</b>	
5 e 6	Reunião da Coordenação Nacional dos Vigilantes regionais - Horário: de 9 às 18 horas – Local: Auditório Antônio Rodrigues do SINTFUB na UNB
8	Dia Nacional da Ciência
13 e 14	Reunião da Direção Nacional
15 e 16	Plenária da FASUBRA
25	Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha
27	Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho
30	Dia Mundial de Combate ao Tráfico de Pessoas
<b>AGOSTO</b>	
15 e 16	Acampamento e Marcha das Margaridas